

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

À paisana

Discretamente, militares acompanharam a eleição em vários pontos do país e não encontraram problemas. Agora, já estão se preparando para o segundo turno.

A missão de Prudente

Eleito deputado federal pelo MDB do DF, Rafael Prudente foi destacado pelo governo local para avaliar as chances de o partido definir uma fusão com outras legendas. Até aqui, os emedebistas estão mais fechados e só farão qualquer movimento mais robusto depois de conhecido o presidente da República que governará pelos próximos quatro anos.

Por falar em disputa presidencial...

A pesquisas Genial Quaest desta semana trouxe um dado que preocupou o PT. O percentual daqueles que responderam “sim” quando perguntados se Bolsonaro merece um segundo mandato subiu de 44% para 50%, enquanto o daqueles que responderam “não” caiu de 54% para 48%.

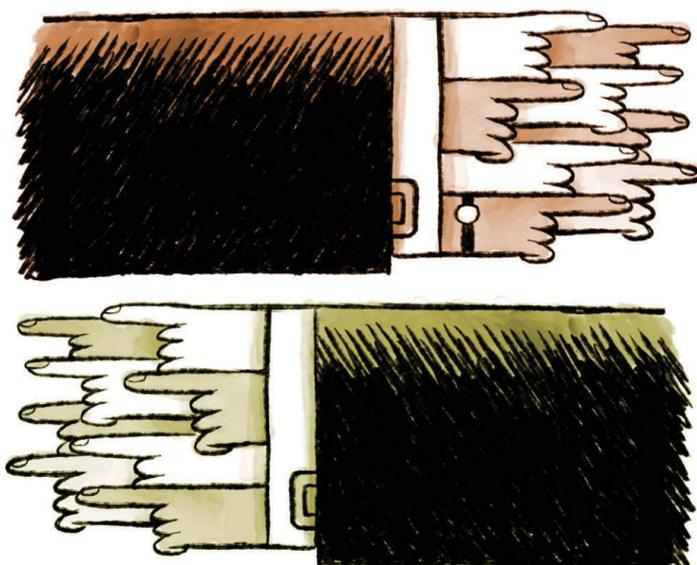
... o tempo é o senhor da razão

Na outra ponta, quando perguntados se Lula merece voltar, os eleitores pesquisados que diziam sim em setembro eram 54% e hoje são 51%. E o “não”, 44% e hoje 46%. Em suma, nada está garantido.

Prefeitos e parlamentares, a chave do segundo turno

A largada deste segundo turno indica que tanto o ex-presidente Lula quanto o presidente Jair Bolsonaro esperam contar com a estrutura de prefeitos, Brasil afora, para tentar angariar votos. Lula fez apelos nesse sentido durante as reuniões políticas desta semana. O petista, aliás, concentrou boa parte de sua entrevista em São Paulo à convocação dos prefeitos, citando a memória de seu governo.

No caso de Bolsonaro, houve solicitações no mesmo sentido a todos os governadores aliados, para que engajem os prefeitos na campanha. O governador reeleito de Minas Gerais, Romeu Zema, por exemplo, já reuniu a maioria dos 853 de municípios mineiros em prol da campanha pela reeleição do presidente.



CURTIDAS

Deu bom, mas deu ruim/ Ao ouvir Lula dizer, em entrevista, que o Rio de Janeiro nunca recebeu tanto dinheiro como no seu governo, alguns integrantes do próprio PSD que apoiam Tarcísio de Freitas e assistiram à fala de Lula pela tevê comentaram que o governador daquele período, Sérgio Cabral, amarga a cadeia, enquanto o povo continua sem desenvolvimento.

Governo democrático/ Nem todo o secretariado de Rodrigo Garcia o acompanhará no voto ao presidente Jair Bolsonaro neste segundo turno. O secretário de Cultura de São Paulo, Sérgio Sá, anunciou em suas redes que votará no ex-presidente Lula.

A necessidade.../ Foi preciso um embate entre o PT e o PL de Jair Bolsonaro para que o ex-presidente Lula agradecesse o apoio recebido dos economistas do Plano Real citando o projeto deles como o “responsável por tirar o Brasil da hiperinflação da década de 90”. Edmar Bacha e Pêrsio Arida sempre tiveram divergências em relação a planos econômicos do PT.

...faz o sapo pular/

Quando o Plano Real foi lançado, em 1993/1994, com Fernando Henrique Cardoso (foto) no Ministério da Fazenda, o PT foi o primeiro partido que o PSDB procurou para obter os votos necessários à aprovação da proposta no Parlamento. O PT disse não, porque considerou que poderia prejudicar a eleição de Lula, àquela altura, líder das pesquisas de intenção de voto. E quem apoiou o Real foi o PFL, de Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen e Marco Maciel. Fernando Henrique Cardoso venceu no primeiro turno, em 1994.

Credito: Funda??o/FHC



Presidente da Câmara, Arthur Lira promete pautar, na próxima semana, projeto que prevê a criminalização dos institutos que fazem consultas. Texto foi apresentado pelo líder do governo, após resultados discrepantes no pleito

Ofensiva contra as pesquisas

» RAPHAEL FELICE

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que pretende votar, na semana que vem, o projeto de lei que pretende criminalizar institutos de pesquisa, mas ainda não definiu quem será o relator. O deputado disse, ainda, que vai pedir ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), celeridade para aprovar a proposta entre os senadores. “Hoje, a pesquisa perdeu credibilidade. Não podemos ter resultados tão díspares, com erros ou manipulações”, criticou.

O projeto foi apresentado pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). Os objetivos são punir os institutos que apresentarem falhas nas pesquisas abaixo da margem de erro e impedir que as consultas sejam divulgadas 15 dias antes das eleições.

A medida ganhou força após institutos de pesquisa não captarem parte dos votos que foram para o candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL). O presidente vem acusando as empresas de manipular os dados colhidos.

Na linha do discurso de Bolsonaro, o PL 2567/2022 não tem critérios definidos para acusar os institutos de pesquisa da suposta “manipulação”. Diz apenas que as empresas devem provar que não tiveram intenção de influenciar o cenário apresentado. Caso fique provado que houve dolo (intenção), a pena prevista é de quatro a 10 anos.

Conforme o texto, caso o erro nas pesquisas seja considerado culposos (sem intenção), a pena prevista é de 1/4. O PL prevê que as punições sejam aplicadas ao estatístico responsável e aos gestores do instituto de pesquisas e do veículo contratante.

Resultados

No primeiro turno da eleição para o Palácio do Planalto, o ex-presidente Lula obteve 48,43% dos votos válidos, contra 43,20% de Bolsonaro. A pesquisa Datafolha divulgada na véspera da eleição apontava o petista com 50% e o candidato à reeleição com 36%. O levantamento do Ipec, por sua vez, mostrava o candidato do PT com 51% e o chefe do Executivo com 37%.

O projeto, no entanto, não apresenta critérios específicos para determinar, ou não, o dolo.

Na avaliação de Barros, as pesquisas apresentadas com erros além da margem prevista induzem o eleitor que “não quer perder o voto” e acaba optando pelo voto útil por conta do resultado apontado pelas consultas.

De acordo com ele, há o objetivo de “induzir mal-intencionalmente”. “Primeiro, prejudicar um candidato, porque quando o eleitor percebe que um candidato não tem chance, migra. O voto útil que tanto se fala migra para outro candidato, e o resultado da eleição é alterado, e é especulação do mercado financeiro. Está claro que tem alguém ganhando com pesquisa errada. Nós vamos identificar e punir”, ameaçou.

Outro ponto previsto no projeto é sobre a divulgação das consultas pelos veículos de comunicação. “A empresa que resolver divulgar pesquisas, terá de divulgar todas as demais que foram divulgadas no mesmo dia e no dia anterior. Então, não tem como acontecer, como ocorre hoje, que um veículo de comunicação divulga só a pesquisa dele, a que ele contratou e não divulga as demais pesquisas”, afirmou.

Alan Santos/PR



Hoje, a pesquisa perdeu credibilidade. Não podemos ter resultados tão díspares, com erros ou manipulações”

Arthur Lira (PP-AL),
presidente da Câmara

Mais adesões à CPI dos institutos

» GABRIELA ORNELAS

O pedido para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Institutos de Pesquisa já conta com 30 assinaturas. Até o fechamento desta edição, porém, o requerimento ainda não tinha sido protocolado na Mesa Diretora do Senado.

O resultado do primeiro turno para presidente e governadores, no domingo, deu munição para políticos que já desacreditavam das sondagens durante a campanha. O resultado das urnas não correspondeu à risca ao cenário projetado pelos levantamentos. Há, no entanto, uma fila de

CPIs a serem instaladas na Casa, como a ONGs, a do crime organizado/narcotráfico, a das obras inacabadas e a do Ministério da Educação.

É prerrogativa do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidir pela instalação das comissões. O parlamentar já se comprometeu a fazê-lo após as eleições, que serão encerradas no dia 30.

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE), que assinou o requerimento para a CPI, acredita que essa é uma investigação muito importante por conta do momento político, mas não crê que Pacheco vai “furar a fila”.

“Não sei se o presidente do Senado tem vontade política de fazer isso. Espero que sim, pois é um desejo da sociedade, já que os equívocos das pesquisas foram desastrosos e acabaram manipulando muitos brasileiros para o voto útil”, afirmou.

Quem faz coro com o parlamentar é o também senador Marcos Rogério (PL-RO). “Ainda estamos em processo eleitoral, então, é bom que comecemos a convocar os institutos de pesquisa para darem explicações, até para se tornar um mecanismo para diminuir o impacto dessas fraudes”, acusou.

Candidato a governador de

Rondônia — vai disputar o segundo turno com Marcos Rocha (União Brasil), ele afirmou que os levantamentos erraram muito nas projeções no estado. “Os institutos não estavam pesquisando a tendência do eleitor, eles estavam tentando manipular o eleitor. Em Rondônia, divulgaram que o candidato Coronel Marcos Rocha iria ganhar no primeiro turno, e eu cheguei empatado com ele”, argumentou.

Na quarta-feira, a Associação Brasileira das Empresas de Pesquisas (Abep) divulgou nota em que repudiava as ofensivas contra os institutos.